



## EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE DE GÊNERO E CIDADANIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM ESTUDO ENTRE BRASIL, PORTUGAL E FRANÇA

**Eixo temático 19 - Infâncias, gênero e sexualidades: resistências possíveis em tempos de retrocessos**

*Daniela Finco*<sup>1</sup>  
*Carolina Faria Alvarenga*<sup>2</sup>  
*Andrea Braga Moruzzi*<sup>3</sup>  
*Maria João Cardona*<sup>4</sup>  
*Tatiane Consentino Rodrigues*<sup>5</sup>  
*Flavia Francchini*<sup>6</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda propostas de políticas educacionais voltadas à emancipação de gênero na educação da primeira infância, por meio do diálogo entre experiências do Brasil, Portugal e França. A análise parte da perspectiva da educação para a cidadania, com ênfase nas questões de gênero, examinando o cenário político-educacional, bem como leis, diretrizes e orientações presentes nos três países. A transnacionalização dos movimentos antigênero evidencia a atuação de grupos fundamentalistas na tentativa de impor suas agendas antigênero às instituições educacionais. Nesse contexto, o debate sobre educação na primeira infância, cidadania e gênero torna-se estratégico para refletir sobre os processos de transformação política.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Gênero; Políticas Públicas; Cidadania; Diversidade.

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, dfinco@unifesp.br.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras - UFLA, carol\_alvarenga@ufla.br.

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, andreamoruzzi@ufscar.br.

<sup>4</sup> Professora Maria João Cardona da Escola Superior de Educação de Santarém - ESE-IP Santarém, Portugal, mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt.

<sup>5</sup> Professora do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, tatiane.rodrigues@ufscar.br.

<sup>6</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, flavia.francchini@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

O trabalho trata de propostas políticas educativas voltadas para a emancipação de gênero na Educação Infantil, com base em experiências do Brasil, Portugal e França. A proposta deriva de um convênio de pesquisa entre os três países, sobre práticas educativas e formação de profissionais da infância. Analisa como a questão de gênero foi incorporada nas políticas públicas, apontando para os avanços alcançados e os desafios ainda existentes. O trabalho apresenta o referencial teórico-metodológico adotado, as políticas de promoção da igualdade de gênero nos três países e discute os contextos sociais e políticos marcados por uma agenda antigênero transnacional.

## AGENDA DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA INFÂNCIA

Neste trabalho, buscamos conhecer os diferentes contextos e encontrar nas possíveis redes políticas, a investigação das relações entre global-nacional-local no processo de formulação e implementação de políticas públicas (Ball, Mainardes, 2024) envolvendo gênero e educação da pequena infância. A partir da construção de políticas para a educação de infância na articulação das políticas de gênero, buscamos articular os desafios para a proposição de um referencial para a educação de infância. Tal debate serve como base para o estudo que analisa o cenário político educativo diante das ofensivas antigênero, a educação da infância, dialogando com a experiência de diferentes países.

Debates acadêmicos brasileiros sobre as temáticas de gênero no âmbito das políticas públicas de educação destacam as contradições entre as propostas de inclusão do gênero nas propostas educativas e a ausência de ações que garantam a devida implementação das novas exigências para a prática docente em instituições de Educação Infantil, em creches e pré-escolas brasileiras. No Brasil, apesar de ser afetada com a retirada do termo gênero do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017).



E temos recentemente a publicação das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024), que revelam os avanços nas lutas travadas no âmbito das políticas sobre as temáticas. Tal documento consiste em um significativo avanço, marcando o fortalecimento das Políticas de Educação Infantil no Brasil e revelando o compromisso com a necessidade da criação de medidas políticas para eliminar as desigualdades e promover a discussão de gênero no âmbito educacional, construindo uma intervenção antidiscriminatória desde a pequena infância.

Tais diretrizes vêm retomar importantes aspectos dos documentos produzidos em épocas anteriores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009), alertando para a importância da superação de desigualdades, o respeito às diferenças e à diversidade de gênero e a garantia do desenvolvimento de todos os bebês e crianças pequenas, com vistas para a construção de estratégias e oferta de formação continuada de professoras e professores e das equipes de gestão escolar, focadas no aprofundamento e ampliação de seus saberes, habilidades e competências e no fortalecimento da identidade profissional.

Portugal, ao longo dos anos, também vem construindo políticas públicas que colocam a educação como área estratégica no combate às desigualdades de gênero, por meio de propostas que integram um projeto nacional coordenado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), e que tem como principal finalidade promover a formação, a pesquisa e a construção de materiais para trabalhar as questões de gênero, numa perspectiva de educação para a cidadania na educação básica portuguesa. No ano de 2010, a partir de uma articulação das políticas educativas e de igualdade, foram construídos os Guiões de cidadania e igualdade de gênero para a educação pré-escolar portuguesa. Em meio a tensões e disputas, os guiões foram construídos pela CIG e validados pelo Ministério da Educação português (Alvarenga; Nogueira; Cardona, 2022).

Em 2018, o Ministério da Educação de Portugal deu início a uma política educacional intitulada Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC). No mesmo ano, a CIG, a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabeleceu a Estratégia



Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - 2018-2030, ainda em vigor. Essa última é uma política de igualdade, que tem ações específicas voltadas para a educação, abrangendo o enfrentamento à violência de gênero.

As políticas de gênero na Educação Infantil francesa também possuem fundamentos e regulamentos específicos que visam promover a igualdade entre meninas e meninos desde os primeiros anos escolares. O documento “A igualdade entre meninas e meninos nas formas de acolhimento da primeira infância” (*L'égalité entre les filles et les garçons dans les modes d'accueil de la petite enfance*), de 2012, aponta a importância de se olhar para as primeiras fases da vida, onde há diferenças significativas na forma como meninas e meninos são educados. Alerta para o fato de que muitas vezes inconscientemente, as e os profissionais da educação tendem a reforçar estereótipos de gênero e os papéis tradicionais destinados para meninas para meninos. E para a importância da formação de profissionais da primeira infância em temas relacionados à igualdade de gênero, o que dificulta a mudança de práticas<sup>7</sup>.

Em 2014, a produção do relatório “Combater os estereótipos de meninas e meninos” (*Lutter contre les stéréotypes filles-garçons*) alerta para a necessidade de combater os estereótipos na educação de meninas e meninos, destacando a importância de promover a igualdade de gênero desde a infância, principalmente nos contextos escolares e educativos, considerando que desde a primeira infância, crianças são expostas a modelos e expectativas diferentes com base em seu gênero, o que influencia seu comportamento, aspirações e autoestima<sup>8</sup>.

Atentos ao compromisso de uma educação para a cidadania, a favor da igualdade de gênero na escola, Brasil, Portugal e França possuem políticas públicas que se comprometem com a necessidade de desconstrução dos estereótipos, contribuindo para a construção de uma cultura de promoção da igualdade e respeito, e a eliminação da discriminação sexista ou violência. São importantes documentos que buscam promover a igualdade de gênero na Educação Infantil, buscando assegurar que, desde cedo, as crianças sejam educadas em ambientes que desconstruam os estereótipos de gênero.

<sup>7</sup> <https://www.education.gouv.fr/egalite-entre-les-filles-et-les-garcons-9047>

<sup>8</sup> <https://www.strategie.gouv.fr/publications/lutter-contre-stereotypes-filles-garcons>



## TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO

Com a transnacionalização dos movimentos antigênero, tanto na América Latina quanto na Europa, países têm enfrentado ofensivas conservadoras que acusam a "ideologia de gênero" de ameaçar a família e sexualizar crianças. Esses movimentos, com forte apelo religioso e moral, pressionam o campo educacional, tentando interferir no trabalho docente, limitar a abordagem de gênero nas escolas, barrar a inserção das questões de gênero no currículo e nas políticas públicas educacionais (Vianna, 2020; Junqueira, 2020).

Estudos brasileiros, portugueses e franceses sinalizam como o gênero vem sendo usado para a disseminação de pânico moral em relação à educação das crianças e jovens, por aqueles que se expressam por partidos nacionalistas, sexistas, racistas, conservadores, neoliberais, aumentando os discursos públicos antigênero. O termo gênero passou a ser temido por muitas pessoas, especialmente com base em discursos conservadores de algumas alas religiosas, referendado por políticos representantes de setores da sociedade civil.

Os desafios da construção de políticas públicas brasileiras nesse campo voltam nossa atenção ao fato de que as crianças estão no centro das cruzadas de gênero. No Brasil, as políticas públicas anti "ideologia de gênero" inserem-se nas instituições de educação, escoltadas pelo discurso de proteção à família e às crianças. (Leite, 2019). Vivemos, nos últimos anos, um momento histórico de retrocessos políticos, econômicos e sociais, por meio de um cerceamento das políticas públicas. Nesse contexto, a onda conservadora em ascensão, organizada contra esse pseudoconceito de "ideologia de gênero", tem tentado tramitar projetos de lei em que cerceiam, limitam ou excluem os direitos sociais já adquiridos.

Portugal também vem passando, nos últimos anos, por protestos e críticas levantadas por movimentos contra uma suposta "ideologia de gênero", cujo perigo social estaria em questionar a "naturalidade" de papéis e diferenças entre mulheres e homens, com mensagens midiáticas contrárias à "ideologia de gênero" (Souza et al, 2020; Seixas, 2022). Estudos mostram que as reações políticas ao tema de gênero estão frequentemente ligadas a períodos eleitorais e à formulação de políticas educacionais, com forte influência de grupos religiosos e conservadores.



No contexto português, observa-se um crescimento da tematização do debate por parte de movimentos e associações de origem católica, fundamentalista ou ligados à política neoconservadora, que rotulam as discussões sobre gênero como parte de uma suposta "ideologia de gênero" (Monteiro, 2024).

O cenário educacional francês e suas políticas públicas para educação da infância também enfrentam forte resistência de movimentos antigênero, que veem essas iniciativas como uma imposição da "teoria de gênero" nas escolas, ameaçando valores familiares tradicionais e introduzindo conteúdos considerados inadequados para crianças (Massei, 2017). Essa oposição reflete uma preocupação mais ampla com mudanças nas normas de gênero, sendo articulada por discursos que evocam a proteção das crianças e a preservação de valores culturais e religiosos (Kuhar e Paternotte, 2017).

A resistência às políticas de igualdade de gênero na educação se articula com discursos e estratégias característicos dos movimentos de extrema-direita, que vêm ganhando espaço no cenário político nos últimos anos (Alduy, 2022), alegando que o debate de gênero não seria do melhor interesse das crianças. O contexto conservador com a pressão de grupos que se opõem às agendas de direitos humanos e às questões de gênero revelam como esses debates têm sido objeto de controvérsia na construção de políticas públicas para educação (Finco et al, 2024).

Os contextos políticos marcados por ameaças a direitos conquistados e atuação agressiva de grupos contrários aos direitos humanos na sociedade e junto às escolas públicas e ao Estado em geral nos apontam para a necessidade de conhecer, debater e se apropriar das questões de gênero no campo político educacional, bem como, a necessidade de construir uma agenda transnacional em prol do fortalecimento desse campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, ao abordar o cenário político-educacional de Brasil, Portugal e França, revela que o movimento antigênero é um fenômeno transnacional, sustentado por discursos conservadores e estratégias de desinformação. Esses movimentos instrumentalizam a educação para fins políticos, propagando medo e distorcendo os



estudos de gênero como “ideologia”, comprometendo a liberdade pedagógica e buscando impedir o avanço de políticas educacionais voltadas à gênero. Revela como a disputa em torno da inclusão da diversidade de gênero na Educação Infantil reflete tensões culturais, políticas e ideológicas comuns entre os países analisados.

Apesar do cenário enfrentado pelos três países, o trabalho revela que os países têm conseguido resistir a tais movimentos, construindo propostas educativas pautadas em políticas públicas que abordam questões de gênero na educação infantil, essenciais para promoção de uma educação cidadã, reafirmando o compromisso das práticas pedagógicas na valorização da diversidade desde os primeiros anos da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Carolina Faria; NOGUEIRA, Thuanny Aparecida; CARDONA, Maria João. A construção de uma política pública de gênero e cidadania na educação de infância portuguesa. *Zero-a-seis*, v. 24, p. 1730-1755, 2022.

ALDUY, Cécile. The gender card in far-right political discourse: Éric Zemmour and Marine Le Pen in France, a case study. *The Clayman Institute for Gender Research*, 2022.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.) *Pesquisas em Políticas Educacionais: debates Contemporâneos*. São Paulo: Editora Cortez, 2024.

FINCO, Daniela. BARREIROS, Douglas. ABBATECOLA, Emanuela. A educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 12, n. 1, 2024, pp.01-12.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2020.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David. *Anti-Gender Campaigns in Europe Mobilizing against Equality*, Rowman & Littlefield Publishers 2017.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 32, p. 119-142, ago. 2019.

MASSEI, Simon. S’engager contre l’enseignement de la « théorie du genre: trajectoires sociales et carrières militantes dans les mouvements anti-ABCD de l’égalité. *Genre, sexualité & société*, n. 18, out. 2017.



MONTEIRO, Rosa F. B. L. Resistências institucionais e antigênero à igualdade de gênero na educação em Portugal. *Cadernos De Pesquisa*, 54, 2024.

SOUZA, Juliana I. L. de et al. “Ideologia de gênero” na cobertura jornalística do Brasil e de Portugal: comparando disputas políticas discursivas. In: BAPTISTA, M. M.; ALMEIDA, A. R. A. de (orgs.). *Performatividades de gênero na democracia ameaçada*. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira. Entrevista. In: DAL’IGNA, M. C.; SCHERER, R. P. (Orgs.). Entrevista. Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. *Revista Diversidade e Educação*, v. 8, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2020.